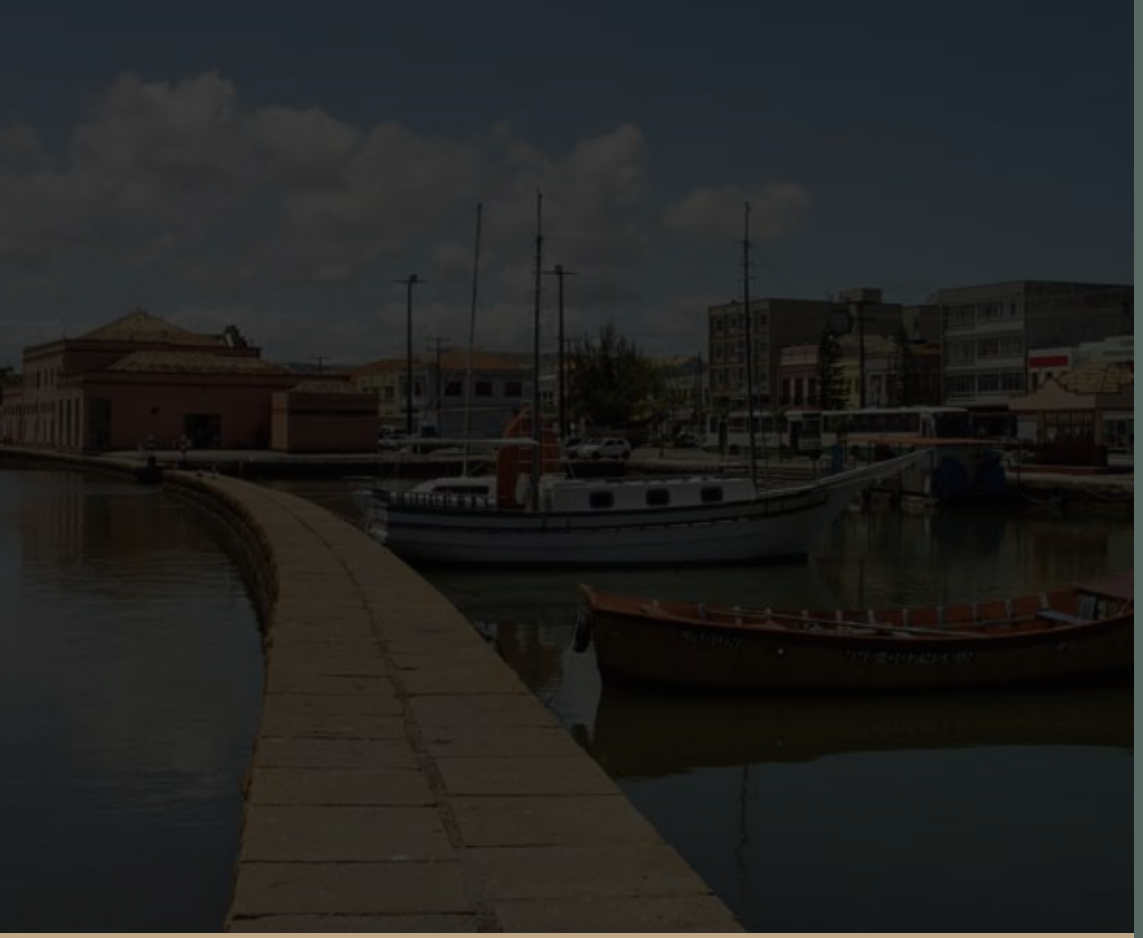

MONUMENTA

IPHAN

Ministério da Cultura

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

ARTES DO MAR - LAGUNA

15

Série Preservação e Desenvolvimento

MONUMENTA



ARTES DO MAR

LAGUNA - SC | 15

Série Preservação e Desenvolvimento
MONUMENTA

ARTES DO MAR

LAGUNA - SC | **15**

Créditos

Presidente da República do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Cultura
João Luiz Silva Ferreira (Juca Ferreira)

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Coordenador Nacional do Programa Monumenta
Luiz Fernando de Almeida

Coordenador Nacional Adjunto do Programa Monumenta
Robson Antônio de Almeida

Coordenação editorial
Sylvia Maria Braga

Edição
Caroline Soudant

Redação e pesquisa
Rogério Furtado

Revisão e preparação
Denise Costa Felipe / Gilka Lemos

Design
Cristiane Dias

Diagramação
Fernando Horta

Fotos
Arquivo Iphan / Laguna - SC

www.iphan.gov.br www.monumenta.gov.br www.cultura.gov.br

A786 Artes do mar – Laguna - SC.
Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2009.
72 p.: il.; 15 cm. (Preservação e Desenvolvimento ; 15)

ISBN – 978-85-7334-128-7

1. Artes do mar. 2. Educação Patrimonial. 3. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 4. Programa Monumenta. I. Série.

CDD 392.3

ARTES DO MAR

LAGUNA - SC | **15**



Apresentação

Este pequeno livro pertence à série Preservação e Desenvolvimento, uma coleção de registro das experiências desenvolvidas pelo Programa Monumenta/Iphan na área da promoção de atividades econômicas, de educação patrimonial, de formação profissional e de capacitação.

Na qualidade de programa do Ministério da Cultura para a recuperação sustentável do patrimônio histórico brasileiro, o Monumenta/Iphan se propõe a atacar as causas da degradação de sítios históricos e conjuntos urbanos tombados e a elevar a qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Assim, muitas das ações propostas no âmbito do Programa, com apoio de estados e municípios, vêm permitindo a essas comunidades descobrir o patrimônio cultural como fonte de conhecimento e de rentabilidade financeira, como meio, portanto, de inclusão social.

Esse novo conceito de preservação transformou alguns dos sítios beneficiados em polos de atividades culturais, turísticas e de geração de empregos, garantindo ao mesmo tempo a conservação sustentada de nosso patrimônio e melhores condições de vida para quem trabalha ou vive ali.

Algumas dessas experiências você vai conhecer agora.



Introdução

Por capricho da História, a fundação da cidade de Laguna, no litoral sul catarinense, foi determinada quase 200 anos antes de acontecer. É claro que portugueses e espanhóis não pensavam nisso quando assinaram o Tratado de Tordesilhas, em 1494. Mas, segundo os termos desse acordo, o local onde fica a cidade marcava o limite meridional das possessões lusitanas na América. Marco que só foi definido após a "descoberta" do Brasil. Portanto, seria razoável esperar que os portugueses não deixassem a área de fronteira desguarnecida.

A geografia também chamou a atenção. Laguna, como o próprio nome indica, está voltada para uma lagoa de águas calmas, ligada ao mar por um canal muito estreito. Um ponto ideal para a atracação de navios, desde que de pequeno calado. Mas isso não era motivo de preocupação na época das caravelas, embarcações que nem de longe poderiam ser comparadas com as de hoje em matéria de deslocamento e altura da quilha.

Mesmo assim, o governo de Lisboa demorou para estimular a ocupação do território, o que só veio a acontecer a partir do final do século 17. Nos primeiros tempos, Laguna foi base de apoio para a conquista do território do atual Rio Grande do Sul, e também abasteceu navios portugueses que navegavam para o rio da Prata, onde se travou uma longa disputa pela Colônia do Sacramento.



Mais adiante, já na segunda metade do século 19, a economia do município viveu sua fase áurea, graças à movimentação no porto. Data dessa época a maioria das construções de interesse histórico, concentradas na área tombada pelo governo federal, em 1985. E Laguna, predestinada a surgir muito antes de aparecer nos mapas, mais uma vez se relaciona com o passado para projetar seu futuro: o patrimônio histórico que acumulou tem forte apelo turístico, ao lado de praias e sambaquis – sítios arqueológicos deixados por indígenas, primeiros habitantes do lugar.

Desde o tombamento, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan vem desenvolvendo uma série de ações para preservar o patrimônio lagunense, sendo permanentes seus esforços na área da educação patrimonial. O Iphan também tem alertado os interessados para as possibilidades de financiamento pelo Programa Monumenta, e os auxilia na formulação dos projetos. Com recursos do Programa, Laguna já formou artífices especializados em restauro, para a construção civil. E treinou um grupo de artesãs nas artes da joalheria.

Luiz Fernando de Almeida

Coordenador Nacional do Programa Monumenta

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



Ações em Laguna, Santa Catarina



Ações em Laguna, Santa Catarina

Grupos indígenas começaram a se estabelecer no território de Laguna, no litoral sul de Santa Catarina, há cerca de 6 mil anos. A ocupação deve ter sido contínua, pois essas populações deixaram enormes sambaquis como testemunhos de sua presença. Os europeus vieram em princípios do século 16. Mas a data do desembarque e a nacionalidade de quem chegou primeiro são desconhecidas. Em relação ao "descobrimento" do Brasil, a fundação do povoado que deu origem à cidade foi tardia, pois ocorreu quase no final do século 17. Em comparação com outros sítios históricos brasileiros, o tombamento do centro histórico de Laguna, em 1985, também demorou, mas veio a tempo de garantir a preservação de centenas de edificações construídas a partir do século 18.

Desde o tombamento, realizaram-se várias ações para restaurar e reabilitar edifícios antigos, muitas delas sob a responsabilidade direta do Iphan. Ao mesmo tempo, o Instituto cuidou da educação patrimonial no município. O despreparo da população era total: na fase que se seguiu ao tombamento, com muita frequência os proprietários de imóveis situados na área tombada pediam autorização para demolir casas ou para substituir elementos originais das construções. Levavam em conta o custo da manutenção do casario,



mas também eram movidos por uma falsa ideia de "progresso", em que o "novo" sempre seria melhor que o "velho". De acordo com a secretaria de planejamento urbano da prefeitura, a primeira iniciativa ligada à educação patrimonial aconteceu em 1985/1986: uma campanha de esclarecimento pelo rádio, explicando a importância do patrimônio e por que preservá-lo. Foram flashes de um minuto, com cinco a seis inserções por dia, durante seis meses.

Em paralelo à campanha, uma equipe volante de mão de obra especializada, contratada pelo Iphan, atuou em várias residências cujos proprietários não possuíam recursos para promover as obras mínimas de preservação. Houve boa cobertura da imprensa e essas ações facilitaram o estabelecimento de laços cordiais entre os funcionários do Instituto e os lagunenses. O trabalho da equipe volante também contribuiu para a difusão de conceitos importantes acerca da preservação do patrimônio histórico. Desde então, o escritório técnico do Iphan em Laguna promoveu diversos seminários, fóruns, oficinas e palestras sobre o tema. Um dos eventos foi um curso de noções básicas de restauração, realizado em parceria com a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), em novembro de 1998.

Em 2001, o Iphan organizou um encontro sobre preservação, novamente em parceria com a Unisul, mais a prefeitura municipal. Nesse evento esteve presente o arquiteto suíço Peter Widmer, especialista em tecnologias tradicionais e coordenador de projetos de treinamento em Havana, Cuba. Na oportunidade, Widmer falou de suas experiências com melhorias tecnológicas, materiais e treinamento de mão de obra para a conservação de edifícios antigos e sobre arquitetura contemporânea em ambientes históricos. No mesmo ano houve uma oficina de conservação e preservação de acervo museológico, com a Fundação Lagunense de Cultura. Depois, em agosto de 2005, se realizou o Seminário 20 Anos – Laguna Patrimônio Nacional.

De 2001 em diante as atenções se voltaram para as escolas. O ensino sobre o patrimônio, tema transversal constante dos Parâmetros Curriculares Nacionais, do Ministério da Educação – MEC, tornou-se obrigatório no estado. O Iphan contratou naquele ano a arte-educadora Gizely Cesconetto de Campos para atuar na área de educação patrimonial. Ao chegar, uma de suas primeiras tarefas foi ministrar um curso de formação para professores das escolas públicas e coordenar a produção dos Cadernos da Laguna, publicações didáticas de apoio. Atualmente, ela auxilia professores e dá palestras de forma sistemática nas redes pública e privada.







Os resultados são palpáveis. As visitas de estudantes ao centro histórico, principalmente de jovens da área rural, têm aumentado, e os professores estão realizando mais projetos de pesquisa acerca do patrimônio cultural da cidade. Para Gizely, um problema ainda precisa ser solucionado de modo a tornar a educação patrimonial mais efetiva: "Os museus lagunenses deveriam estar mais bem preparados. Precisam contratar arte-educadores para desenvolver atividades educativas e exposições temáticas nas escolas, e também para atender os visitantes".

O patrimônio imaterial de Laguna, de fato, não pode ser negligenciado. O gosto pela música, por exemplo, está arraigado na cultura local. Prova disso são as duas bandas de música da cidade, que tocam em festas cívicas e cerimônias religiosas: ambas estão em atividade há mais de cem anos, sendo herdeiras de corporações musicais ainda mais antigas, que deixaram de existir no decorrer do século 19. Uma das bandas de hoje é a Sociedade Musical Carlos Gomes, que precisa de apoio para continuar funcionando a contento. Como faltam recursos, a diretoria da sociedade, auxiliada pela equipe do Iphan, formulou e encaminhou projeto ao Ministério da Cultura – MinC, pretendendo transformar a entidade em "ponto de cultura", de acordo com o Programa Cultura Viva.

O projeto foi aprovado e permitirá que a banda se beneficie do repasse de recursos ministeriais.

Com a verba, os dirigentes da instituição planejam executar primeiro algumas obras em sua sede. A reforma se tornou urgente porque há infiltração de água através do teto, que compromete paredes e o piso superior do sobrado. Depois, é preciso salvaguardar a memória da banda: os arquivos, desorganizados, guardam documentos e peças musicais acumuladas desde a fundação da sociedade, em 1882, inclusive partituras originais que remontam à terceira década do século 19. Muita coisa já se perdeu e o acervo está seriamente ameaçado pela umidade e pelo desgaste natural provocado pela passagem do tempo. O que se pretende é contratar arquivista com conhecimentos de música e informática para iniciar o resgate da documentação e ensinar aprendizes a digitalizar partituras musicais e a realizar outras tarefas relacionadas com a guarda de papéis.

Reforma do prédio e organização do arquivo são os dois itens mais importantes do ponto de vista do patrimônio. Mas há outras demandas que precisam ser atendidas: a entidade carece de instrumentos novos, acessórios e uniformes, por exemplo. A banda se mantém desde o princípio com as contribuições que recebe de empresários locais, de admiradores e da prefeitura. Arrecadá-las,



no entanto, exige grande esforço do regente e professor, Deroci de Oliveira, que poderia aproveitar melhor o tempo se pudesse dedicar-se integralmente ao ensino dos aprendizes e aos ensaios da corporação.

Deroci nada recebe por seu trabalho: está envolvido com a banda desde os oito anos de idade por gostar de música e por razões sentimentais. Gerações sucessivas de sua família deram regentes para a Carlos Gomes, desde a fundação. Ele assumiu o posto, no lugar do pai, no ano do centenário da corporação. Aos 65 anos, e já aposentado como músico, o regente não descuida de suas funções: realiza ensaios ou dá aulas diariamente de segunda a sábado, das 18 às 21 horas. Depois vai para casa, onde costuma ficar acordado madrugada adentro, compondo ou fazendo arranjos, inclusive para um coral da cidade. Embora as condições de trabalho e o estado da sede lhe tirem o sono, Deroci se diz recompensado ao ver muitos de seus ex-alunos fazendo carreira como profissionais em bandas militares e outras, e também em orquestras sinfônicas.

O Iphan colaborou ainda na formulação de um novo plano diretor para Laguna, que está para entrar em vigor. Por fim, orientou duas entidades que tiveram projetos financiados pelo **Programa Monumenta** e vem dando apoio ao projeto Memória: Patrimônio Irrenunciável, desenvolvido no distrito de Ribeirão Pequeno. A seguir, essas últimas ações serão examinadas com mais detalhes.



Artífices para o restauro

Artífices para o restauro

Na área tombada em Laguna há cerca de 600 edificações de interesse histórico. Dessas, um número indeterminado sofreu intervenções inadequadas até anos atrás. Com isso, muitos prédios perderam suas características originais, enquanto outros acabaram ficando em estado de conservação ainda pior. Era evidente que a cidade não dispunha de mão de obra qualificada para a restauração do patrimônio edificado. Interessado em resolver o problema, o Iphan estimulou a Universidade do Sul de Santa Catarina, Unisul, a encaminhar ao Programa Monumenta um projeto para a formação de artífices. Seria um modo de aumentar o nível de emprego na construção civil e de ter pessoal competente para trabalhar especificamente em imóveis antigos. Ou seja, trabalhadores capazes de dialogar com arquitetos, engenheiros e urbanistas, e de executar tarefas múltiplas, empregando técnicas tradicionais. O Monumenta aprovou o pedido da Unisul em 2006.

O arquiteto Dagoberto Martins assumiu como coordenador e divulgou o curso através de diversos meios de comunicação. Para as 15 vagas oferecidas, se inscreveram 72 candidatos. Mais de 50 estudantes de arquitetura gostariam


NACIONA

de disputar uma vaga, mas suas inscrições não foram aceitas. "Pensamos em criar a situação do aluno ouvinte para dar uma oportunidade ao pessoal da arquitetura. Mas deixamos de lado essa ideia porque achamos que a presença dos universitários poderia inibir os artífices", explica o coordenador do curso. A seleção dos alunos obedeceu a dois critérios básicos: trabalhos já realizados em obras de restauro e o interesse demonstrado pelo candidato em desenvolver e aperfeiçoar seus conhecimentos na área de restauração. Os organizadores procuraram formar uma turma com representantes de diversos segmentos da construção civil: encarregados de obras, pedreiros, carpinteiros, pintores e serventes. Martins deu as aulas teóricas, e Alcides Bosa, mestre de reconhecida competência, ficou responsável pelas aulas práticas. Assim, o **Curso de Qualificação Profissional para Restauro e Conservação** teve início em 2 de setembro e se encerrou em 4 de novembro de 2006. Foram 64 horas no total, com atividades apenas aos sábados, pela manhã e à tarde.

O casarão onde funciona o escritório técnico do Iphan acomodou a turma durante as aulas teóricas. As práticas se realizaram em vários ambientes. Entre eles a oficina da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Unisul, na cidade de Tubarão, dotada de ferramentas e máquinas apropriadas para

os trabalhos com madeira: encaixes, maquetes de coberturas e fôrmas em negativo para a feitura de ornamentos de estuque. O manuseio de materiais à base de cal, areia, barro e outros produtos ocorreu em obras de restauro que estavam em andamento. Nesses locais, os trabalhadores se exercitaram na queima da cal, na confecção de argamassas, na aplicação de emboços e rebocos, nos acabamentos em madeira e outros serviços. O coordenador do curso lembra que o artífice na área de restauro tem de entender de tudo. Caso contrário, seria necessário formar sempre equipes de especialistas, o que não é possível em obras pequenas: uma família de poucos recursos não teria como pagar uma obra muito cara.

Encerradas as aulas, professores e alunos fizeram avaliações altamente positivas do projeto. Dagoberto Martins declara: "O plano de ensino se adequou às necessidades de aprimoramento dos profissionais. O curso foi ótimo. Provocou debate entre os operários sobre a questão da preservação, que eles passaram a entender como uma necessidade e cujos termos incorporaram ao seu discurso. Explicamos a eles a importância de trabalhar em prédios históricos somente com critérios de restauro. Assim, os elementos mais complexos de uma obra são respeitados e valorizados. Trabalhar com critérios de reforma significa não ter compromisso algum com o patrimônio".

Quanto às aulas práticas, ele comenta que o grau de satisfação foi o mesmo, dadas as qualidades do mestre: "O Alcides abordou o reboco à base de cal, recortes na madeira, segurança na operação de máquinas, produção de tinta à base de cal, diluição dos pigmentos etc. Ele é autodidata, inteligente e curioso. É um modelo do artífice tradicional. Dos antigos. Além de fazer carpintaria, serviços de pedreiro e de pintura, trabalha com instalações elétricas e hidráulicas. E também faz escultura, modelagem para cimalhas, adornos e elementos decorativos, tudo em madeira, no negativo".

A seguir, os depoimentos de outros participantes do curso.

Mestre Alcides Bosa, professor:

"Depois de mais de 25 anos trabalhando no centro histórico de Laguna, consegui participar de um curso que pensou no profissional da obra. O curso de aperfeiçoamento foi importante não só para os alunos como para todos nós que, com a troca de informações, pudemos valorizar o que fazemos nas obras de restauração."

Sérgio Fernandes do Nascimento, encarregado geral:

"Para nós, pessoal de obra, que temos pouca chance de aperfeiçoar nosso conhecimento, esse curso foi muito importante. Também pudemos saber como esses prédios foram construídos, e agora entendemos melhor porque eles estão preservados."

Manoel José da Silva, encarregado geral:

"Já trabalhei em diversas casas tombadas, mas nunca tive a noção exata de por que a gente tinha de fazer o serviço conforme os antigos. Agora, com o curso, a gente pode entender melhor a importância de preservar também o sistema construtivo de antigamente."

Alberto Loristan da Silva, oficial carpinteiro:

"Acho que é importante pensar no operário que trabalha na obra, e se preocupar em manter esse pessoal sempre atualizado, em dia com o que está acontecendo. Os primeiros contatos que os moradores

fazem quando querem mexer nas suas casas é conosco, precisamos ter condições de explicar para eles o sistema de trabalho que usamos, para que nos valorizem."

Antônio de Barros Machado, oficial carpinteiro:

"Apesar de trabalhar mais com restauração de bens móveis, esse curso foi importante porque a gente sempre lida com operários nas diversas etapas das obras. Agora podemos entender melhor como funciona toda a obra e, assim, colaborar melhor com os outros. Sempre poderemos fazer o serviço de um jeito que irá facilitar para quem vem depois, como na restauração dos altares de igreja, por exemplo."

Fábio da Silva, pedreiro:

"Estou há 12 anos na profissão. A metade trabalhando em restauro, que é mais bem remunerado. Aprendi com a prática e com os arquitetos do Iphan, que me ajudaram bastante. Com o curso, minha técnica de trabalho melhorou muito. E serviço é o que não falta."



Com o brilho da prata



Com o brilho da prata

A pesca e o artesanato têm uma história milenar em Laguna, em parte escrita nos sambaquis, onde se encontram utensílios de pedra e adornos feitos de conchas, amontoados com outras relíquias arqueológicas. A estreita ligação dos lagunenses com o mar prosseguiu durante a etapa colonial e se mantém na atualidade. Talvez o símbolo maior dessa proximidade seja a ajuda prestada por golfinhos aos pescadores da Lagoa de Santo Antônio. Imagens dos botos colocando peixes ao alcance dos tarrafeadores correm o mundo e atraem turistas. Do mar e das praias também vêm matérias-primas utilizadas pelas mulheres no artesanato doméstico, influenciado por tradições indígenas e europeias.

Essa ocupação feminina tomou impulso em 2004, com a fundação da Associação de Artesãs Artes do Mar (AAAM), encorajada pela prefeitura, por meio do programa de artesanato do Sebrae de Santa Catarina. Até aquele ano, o grupo de fundadoras fazia tricô, crochê e alguns objetos de decoração com seixos, areia, conchas e outros produtos. Então aprenderam a utilizar escamas de peixe, ao natural e tingidas, para a confecção de flores e de bijuterias, assim como para enfeitar vasos, caixas e outros objetos, a exemplo do que se faz no arquipélago português dos Açores.

As bijuterias – colares, anéis e brincos, por exemplo – fizeram sucesso, mas logo algumas das artesãs perceberam a necessidade de dar um passo à frente se quisessem aumentar a clientela e a renda. A intenção era estimular o grupo a produzir joias, o que também seria ideal para valorizar o trabalho moroso de seleção e limpeza das escamas (as de tainha, corvina e miragaia são as mais comuns). Mas a mudança no sistema de produção exigiria treinamento e dinheiro, que as líderes do grupo não sabiam onde buscar.

Contudo, o plano não foi esquecido e a possibilidade de colocá-lo em prática surgiu em julho de 2007, durante a semana cultural que se realiza uma vez por ano em Laguna. Em visita a uma exposição da Associação das Artesãs, a arte-educadora Gizely Cesconetto e a arquiteta Ana Paula Cittadini, do Iphan, conversaram com a presidenta da entidade na época, Mariza Therezinha Preichardt. E lhe contaram que um curso de formação em joalheria para as associadas poderia ser financiado pelo Programa Monumenta. Decidida a não perder a chance, Mariza passou a frequentar a sede do Iphan todos os dias até dar forma ao projeto, orientada por Gizely, e encaminhá-lo ao Monumenta.

A notícia de que o curso teria o apoio do Programa veio em maio de 2008. Começou, então, a fase de planejamento das atividades. O ourives


MAR & ARTES



Juan Alvez, de Florianópolis, contratado para ensinar a turma, ajudou as organizadoras a redesenhar alguns itens do projeto **Artes do Mar: Aprimoramento**. A lista de materiais e equipamentos, por exemplo, exigia algumas correções por ter sido feita com base apenas na experiência de Mariza Preichardt enquanto produtora de bijuterias. Na ocasião, a designer Maria Cláudia Gomes se juntou ao grupo. Por sorte, ela estava morando em Laguna na época, podendo dedicar bastante tempo ao projeto. Sua tarefa principal seria desenhar uma coleção de joias do agrado das artesãs. Para isso, ela se inspirou nas bijuterias que vinham sendo produzidas, na arquitetura histórica de Laguna e na devoção que os católicos do lugar têm para com Santo Antônio dos Anjos. Os 14 modelos que apresentou deixaram a turma eufórica.

Maria Cláudia também deveria auxiliar o professor e monitorar as alunas. Fez mais que isso: além de comparecer a todas as aulas, examinou e aprovou as peças gráficas preparadas pelas irmãs Luana e Carolina Dentice, contratadas para desenvolver a identidade visual do projeto, desenhar artigos de papelaria (cartões de visita, envelopes, papel timbrado, sacolas, adesivos e outros), projetar o display para a exposição dos produtos e criar um site na internet.

As aulas começaram em meados de setembro e terminaram em dezembro. Cada artesã aprendeu todas as operações de uma cadeia que vai da fundição da prata ao acabamento das peças. O que significa fazer chapas e fios, serrar, limar e polir a prata, soldar e fazer os encaixes para a colocação de conchas ou escamas. Após essa fase do aprendizado, as alunas se dividiram em grupos, para se aperfeiçoar nas técnicas de sua preferência. Algumas se dedicaram mais à fundição e soldagem, enquanto outras cuidavam do corte de escamas e colagem, por exemplo. Em termos de habilidade, as artesãs superaram as expectativas do professor: não tropeçaram durante a confecção dos modelos mais complexos.

No decorrer do curso, a associação das artesãs procurou cadastrar mulheres de duas comunidades de pescadores como fornecedoras de escamas de peixe e conchas, por intermédio da Fundação Irmã Vera, órgão municipal responsável pelos projetos sociais da prefeitura. As que se interessaram, aprenderam como selecionar e limpar o material, que começou a ser entregue a partir de novembro. As coletoras também utilizam a loja das artesãs, localizada no mercado municipal, para deixar sacos de escamas à disposição de eventuais interessados.



Ainda durante o curso, as artesãs, acompanhadas por Juan e Maria Cláudia, viajaram para conhecer duas empresas gaúchas – uma fábrica de joias e uma lapidadora de pedras. As visitas foram bastante instrutivas. Entre outros detalhes, observaram que a produção de joias em grande quantidade não exige instalações amplas. Ao mesmo tempo, viram que eram muito dispersivas nas aulas, se comparadas com os ourives e lapidadores disciplinados das indústrias. Assim, compreenderam que seu comportamento teria de mudar para que aumentassem a produção e melhorassem a qualidade das joias. Elas também ficaram tentadas a produzir peças mais complexas, mas ouviram do professor que teriam de aprender novas técnicas, em outro curso – a ser realizado no futuro.

O grupo entrou unido e esperançoso em 2009. O público tem elogiado as joias e as vendas demonstram que a atividade é muito rentável. Mas



o caminho a percorrer para a conquista de uma clientela maior é longo. A escala da produção terá de aumentar e a AAAM precisa de espaço adequado. Por enquanto, as associadas se reúnem na sede do Iphan, de segunda a quinta-feira, onde seguem trabalhando e aprimorando suas técnicas. Todas se declaram muito satisfeitas por terem feito o curso, que lhes deu novas perspectivas no campo profissional e a possibilidade de incrementar a renda familiar.

Por indicação das colegas, Sirley Vieira Jeremias fala sobre sua experiência e resume os sentimentos do grupo: "Depois de fazer o curso, abandonei o emprego que tinha em uma pizzaria para me dedicar à produção das joias e ao aprendizado, que continua com a prática diária. Meu marido, que é garçom, me apoiou. Estamos confiantes, esperando melhorar nosso padrão de vida. Mas fora o interesse pelo dinheiro, que é importante, claro, venho para cá com prazer. Aqui, todos os meus problemas, que não são poucos, somem. Evaporam nessas três, quatro horas que ficamos juntas trabalhando. É uma terapia, um momento mágico!".



A memória do Ribeirão Pequeno



A memória do Ribeirão Pequeno

No decorrer do ano 2000, conduzido por seus alunos, o professor Laércio Vitorino de Jesus Oliveira percorreu as seis comunidades do distrito de Ribeirão Pequeno, em Laguna. Levava uma filmadora e tinha o propósito de gravar tudo o que a garotada julgasse interessante em cada localidade, como as belezas naturais e o casario antigo, por exemplo. Mas sem deixar de lado o que considerassem negativo. O roteiro era construído durante a caminhada, e os alunos discutiam o resultado das filmagens em sala de aula. Nasceu assim, despretensioso e sem maiores recursos, o Memória: Patrimônio Irrenunciável, implantado na Escola de Educação Básica Gregório Manoel de Bem. Trata-se de um dos programas de educação patrimonial mais criativos e bem-sucedidos de que se tem notícia no país. Tanto assim que ficou entre os quatro vencedores da primeira edição do concurso Tesouros do Brasil, criado em 2004 pelo Grupo Fiat para promover a identificação de bens culturais e a revitalização do patrimônio por estudantes dos ensinos fundamental e médio. A Unesco, o Iphan e os Ministérios da Cultura e da Educação estiveram entre os copatrocinadores do concurso.

Laércio de Oliveira começou a recolher as imagens após dez anos de permanência no distrito. Estava preocupado com o progressivo esvaecer da

memória e das tradições locais, processo iniciado na década de 1970, em consequência da industrialização acelerada do país e da mecanização da agricultura. A topografia da região não permitia o emprego de máquinas, e as pequenas propriedades, que predominam ali, sem apoio consistente do Estado, terminaram alijadas do mercado. A mão de obra excedente saiu em busca de emprego nos centros urbanos, a exemplo do que se viu por todo o território brasileiro. Fora o esvaziamento do meio rural, houve outra tendência que atuou no sentido de eliminar tradições culturais, determinada por novos hábitos de consumo. "De repente, comer pirão virou uma coisa vergonhosa", lembra Laércio. E a televisão comercial empurrou para a obscuridade um sem-número de manifestações populares, assim como antigos padrões de sociabilidade.

Ao se mudar para o Ribeirão Pequeno, o professor, formado em Sociologia e pós-graduado em História, queria apenas realizar o sonho de morar no interior e lecionar em escola pública. A escolha do distrito foi uma opção natural: é o lugar onde sua mãe nasceu e que Laércio visitava desde a infância. No entanto, as circunstâncias o compeliram a ir além de suas pretensões iniciais. "Na faculdade, nos ensinam a dar aulas de História Geral e do Brasil. Mas há muito pouco sobre a história de Santa Catarina.



Do município não há nada, embora o estado tenha uma proposta curricular, baseada nas ideias de Vigotsky, que nos leva a valorizar o conhecimento popular. Na sala de aula eu dava um curso, mas fora havia outra história em marcha. Com o olhar de quem vem de fora, vi toda a aculturação que estava acontecendo e, finalmente, decidi reagir".

Durante as peregrinações do professor pelas comunidades, realizadas nos fins de semana, seus alunos foram descobrindo que sabiam muito pouco sobre as próprias origens e sobre o ambiente em que viviam. E começaram a se deslumbrar, vendo o documentário e discutindo na escola. Por sua vez, o professor percebeu que deveria avançar com o projeto. Para isso, a alternativa foi despachar grupos de alunos, cada qual para sua comunidade, com a incumbência de abrir a arca do passado por meio de entrevistas com as pessoas mais velhas. As informações começaram a chegar em quantidade, englobando todos os aspectos da vivência nos tempos antigos, a partir do nascimento das pessoas: o trabalho das parteiras, as brincadeiras infantis, o que faziam os jovens, as festas do lugar, a culinária, as lendas, os medos, e assim por diante. Houve quem se lembrasse da morte: as famílias mais pobres faziam caixões em casa para enterrar seus mortos.

Laércio aproveitou para trazer as comunidades até a escola, representadas por mulheres idosas que foram explicar às crianças como faziam sabão em casa e como fiavam algodão, além de outras atividades que eram próprias do ambiente doméstico. Algumas dessas senhoras também ensinaram os alunos a cantar músicas antigas, inclusive cantigas de trabalho. "Com tudo

isso, em 2001 fizemos uma feira cultural, durante três dias, ocasião em que a escola parou. Nossas salas de aula viraram casas típicas das comunidades. Conseguimos móveis, montamos fogões a lenha e painéis com fotografias. Tínhamos roupas, comidas e utensílios, e tudo que os alunos conseguiram reunir em matéria de antiguidades. Foi um evento muito grande. Estudantes de treze escolas da região compareceram e receberam explicações de nossos alunos a respeito da história e dos costumes locais". Um relato da feira e de como foram realizadas as pesquisas pelos alunos no período 2000/2003 garantiu o prêmio concedido pelo Grupo Fiat, em 2004. A arte-educadora Gizely Cesconetto, do Iphan, ajudou a preparar o relatório e, desde então, vem colaborando no projeto.

A evolução tem sido constante. O que era um trabalho rotineiro de sala de aula deu origem a um grupo de cultura chamado Casa da Dindinha (vovó). Os participantes aprendem danças tradicionais, a fazer balaios e esteiras e a preparar pratos da culinária tradicional. A Casa da Dindinha terá espaço exclusivo na escola, que passa por reformas após um incêndio ocorrido no primeiro semestre de 2009. No local também será instalado um museu, com objetos doados pelos moradores do distrito. Um museu itinerante já






existe, tendo sido levado para festas e outros eventos a partir de 2006. Nessas ocasiões, o grupo de cultura apresenta aos visitantes a história e os costumes tradicionais do Ribeirão Pequeno, seguindo o modelo adotado para a organização da feira de 2001.

Os jovens se mostram orgulhosos de seu passado e de sua cultura, que é de base açoriana, noção que havia sido perdida com o tempo. Afrodescendentes e pessoas de ascendência indígena, que antes se envergonhavam de suas raízes, agora também se sentem orgulhosas de seus ancestrais. Portanto, Laércio tem motivos para comemorar. Após quase dez anos de caminhada e com seu projeto Memória: Patrimônio Irrenunciável já institucionalizado, formou várias turmas e conquistou o apoio da população. "Há bastante gente ajudando, e todas essas pessoas são voluntárias. Resgatamos muita coisa, como as brincadeiras de roda e músicas que não eram mais cantadas. A prefeitura nos deu um curso de dança açoriana. Estamos organizando um grupo permanente para as apresentações. As primeiras turmas do projeto se formaram, e a maioria dos alunos mais velhos deixou o Ribeirão Pequeno, onde não há empregos. Os que permanecem, continuam conosco. Ensinam o que aprenderam. São multiplicadores do conhecimento".



De Tordesilhas ao presente



De Tordesilhas ao presente

Ao findar o século 15, portugueses e espanhóis resolveram dividir o "novo mundo" entre si. A pretensão era exagerada, pois desconheciam as dimensões da Terra e desprezavam as consequências do antagonismo previsível que iriam despertar em outras nações. Mas, naquele momento, as circunstâncias lhes pareciam favoráveis. Lideravam a corrida às Índias e haviam recebido as bênçãos do papa Alexandre VI, avalista das negociações que culminaram com o Tratado de Tordesilhas. Embora roído por crise moral sem precedentes, e com Martinho Lutero se encaminhando para a próxima esquina da História, de onde revolucionaria a Europa, o papado era visto como autoridade máxima no continente. Por isso o acordo foi sacramentado.

A linha fronteiriça entre os domínios da Espanha e os de Portugal seria um meridiano traçado a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde, no Atlântico. Algo um tanto impreciso. Mesmo assim, um pouco mais adiante ficou estabelecido que o local onde está a cidade de Laguna marcaria o limite sul das possessões portuguesas no Brasil. A região não interessou aos conquistadores por quase dois séculos após a viagem de Cabral. Ignorando

Tordesilhas, barcos de diversas nacionalidades aportavam ali, em busca de água e provisões fornecidas pelos indígenas, primeiros ocupantes do litoral catarinense.

Era uma gente pacífica, que por isso se tornou presa fácil dos escravizadores paulistas. Estima-se que as hordas de preadores tenham aprisionado dezenas de milhares de indígenas em diversas razias ao sul da Capitania de Santana, que se estendia de Cananéia a Laguna. A região permaneceu como terra de ninguém até o paulista Domingos de Brito Peixoto se incumbir da tarefa de conquistá-la, "por ser muito do gosto do Rei de Portugal, D. Pedro II". Em 1676, ou talvez em 1684, Peixoto fundou a povoação de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. O arraial passou à categoria de vila em princípios do século 18, enquanto se tornava centro de comércio. Nessa condição, serviu de base para incursões ao Rio Grande do Sul e aprovisionou navios portugueses durante a longa disputa com os espanhóis pelo controle da Colônia do Sacramento, no rio da Prata.

Peixe seco e charque destacavam-se entre as mercadorias embarcadas pelos lagunenses. O gado, capturado no sul, era abatido e a carne processada em sítio de nome sugestivo: bairro da Carniça. O produto depois viajava para São

Vicente, no litoral paulista, por via marítima. Essa atividade foi transitória. Em 1728, os rebanhos começaram a percorrer o Caminho das Tropas, de Viamão a Sorocaba, em São Paulo. Laguna, à margem dessa rota, perdeu importância como exportadora de carne. Com o revés econômico, muitos dos moradores da vila se deslocaram para o sul. Entre 1748 e 1756, chegaram imigrantes açorianos, trazidos pelo governo português, que tencionava estimular a ocupação do litoral. Os novos habitantes se adaptaram bem ao ambiente e aumentaram a produção agrícola. Substituíram a farinha de trigo pela de mandioca, e a carne bovina por peixe. Mas, até o início do século 19, a economia continuou sendo de subsistência.

Por essa época, Laguna viveu um período memorável de sua história, durante a Revolução Farroupilha. Em 22 de julho de 1839, os líderes revolucionários David Canabarro e Giuseppe Garibaldi tomaram a cidade. Uma semana depois, a câmara municipal proclamou a República Catarinense. Nos meses seguintes, Giuseppe iniciou seu romance com Anita Garibaldi, a "heroína de dois mundos", descendente de açorianos que morreria na Itália alguns anos depois. A República Catarinense durou pouco. Houve dissensões, inexperiência das lideranças e isolamento de Laguna até mesmo em relação à República de Piratini. A cidade caiu outra

vez sob o domínio imperial em 15 de novembro de 1839, exatos 50 anos antes da derrubada da monarquia no Brasil.

Passadas algumas décadas, a economia local prosperou com a chegada de imigrantes italianos e alemães, que se fixaram no interior do estado. Ao mesmo tempo, por volta de 1880, teve início a mineração de carvão e a construção da ferrovia Dona Tereza Cristina, para o transporte do minério. De acordo com o historiador João Leonir Dall'Alba, na ocasião "Laguna voltou a abastecer a praça do Rio de Janeiro. O baixo calado de sua barra, porém, fez com que o porto de embarque do minério de carvão fosse construído na enseada de Imbituba. Assim mesmo, até os idos de 1910, carne, banha, madeira, açúcar, farinha e aguardente movimentavam o pequeno porto. A Estrada de Ferro Tereza Cristina, se não lhe trazia carvão, trazia-lhe a clientela de todo um rico interior, com seus produtos agrícolas".

Foi a época áurea de Laguna, caracterizada pela intensa movimentação de cargas no atracadouro. Datam desse período o Teatro Sete de Setembro (1858), a tipografia do primeiro jornal (1878), o hospital (1879), o primeiro hotel na rua da Praia, a iluminação pública a petróleo (1891) e o antigo Mercado Público (1893). Após a Segunda Guerra Mundial, as operações portuárias se





deslocaram de vez para Imbituba, com localização adequada para receber navios de maior calado. O declínio econômico se tornaria mais acentuado no final da década de 1950, quando Imbituba passou a oferecer também serviços comerciais, financeiros e públicos, antes concentrados em Laguna.

No anos 1960, a construção civil ficou praticamente paralisada no município e a abertura da BR 101 favoreceu o desenvolvimento de



atividades econômicas nas cidades limítrofes. Laguna prosseguiu apenas com a pesca tradicional e pequenas indústrias de confecções e de processamento de fécula de mandioca e de arroz. No entanto, após algum tempo, começaram a chegar turistas pela BR 101. Ainda que sazonal, o movimento teve consequências. Entre elas a exploração do balneário do Mar Grosso. Da praia, a especulação imobiliária contagiou o centro histórico, onde o plano diretor de 1979 permitiu a construção de edificações de até quatro pavimentos e incentivou a substituição das casas térreas e sobrados antigos.

A destruição seria contida em 1985, quando essa parte da cidade foi tombada pelo governo federal. O setor protegido, com 1,2 quilômetro quadrado, abrange a área edificada e a paisagem circundante. Hoje a principal atividade econômica lagunense é o comércio. Embora o município tenha grande potencial para o turismo cultural, o afluxo de visitantes, limitado ao período do verão, se dá em direção às praias. A infraestrutura de hospedagem ainda é acanhada. Entretanto, o potencial cultural do centro histórico, se for aproveitado por meio de gestão adequada, poderá transformá-lo em polo de visitação e de lazer para o ano todo, eliminando a sazonalidade atual do movimento turístico.

Navio negreiro

Vários livros e trabalhos acadêmicos tiveram Laguna como tema. Um dos autores, Saul Ulysséa, foi observador atento da cena local, conforme se verifica em *A Laguna de 1880*. Ulysséa abordou diversos temas de maneira peculiar, e descreveu as ruas da cidade no tempo de sua infância e juventude, assim como muitos dos personagens que conheceu. Um deles, Paulo Cordeiro, era capitão da sumaca Amparo. Cordeiro afirmava ter sido piloto de navios negreiros, na época em que o tráfico já havia sido proibido, e que presenciara inúmeras barbaridades praticadas contra os escravos.

Como se recorda, a proibição do comércio de escravos foi uma exigência do Império Britânico. Em 1845, no reinado de Vitória I, o parlamento decretou o Bill Aberdeen, instrumento legal que dava poderes a sua marinha de guerra para apreender e confiscar navios negreiros por pirataria, julgar seus comandantes

e devolver os cativos à África. A partir de então, para evitar prejuízo total, assim que avistaram algum barco de bandeira britânica, vários capitães de tumbeiros se desfizeram dos africanos em pleno mar. Estudiosos do escravismo mencionam tais atrocidades em seus textos. Contudo, Ulysséa talvez tenha sido o único a escrever uma dessas histórias de horror, contada por uma testemunha dos fatos, a quem dava crédito, evidentemente. Por ser incomum, o registro que fez do episódio merece ser reproduzido aqui:

> *"Em uma das viagens do navio português em que praticava Paulo Cordeiro e que transportava grande contrabando de escravos, foi avistado pelos contrabandistas um navio inglês que vinha em sua direção. Na iminência de ser o navio apreendido e conduzido para Serra Leoa, perdendo portanto além dos escravos, tudo quanto possuíam, tomaram a resolução diabólica de se verem livres do contrabando porque assim perderiam este, mas salvariam seus demais haveres.*

Deu-se então um fato horripilante, de bárbara atrocidade.

Foram os negros retirados dos infectos porões e jogados ao mar!

Os míseros, na luta pela vida, procuravam salvar-se, agarrando-se aos fuzis da embarcação, chegando alguns a atingir a borda. De bordo eram repelidos pelos tripulantes, que armados de achas de lenha, despedaçavam-lhes os crânios, ou com instrumentos cortantes, lhes decepavam as mãos ou os braços. As pobres vítimas horrivelmente mutiladas eram finalmente tragadas pelo mar. Durou essa cena infernal algum tempo, porque os negros eram muitos. Os tripulantes pareciam uns demônios furiosos na ânsia de liquidar tudo no menor tempo possível. Tudo serenou finalmente, ficando os míseros negros sepultados no mar imenso.

Ao passar o navio inglês, verificaram, com grande mágoa, que não era navio de guerra, mas simples navio mercante".

Investimentos nas Ações Concorrentes do Programa Monumenta em Laguna

Projeto
Curso de Qualificação Profissional para Restauro e Conservação

Financiador
Programa Monumenta/MinC

Realizador
Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul

Objetivo
Capacitar 16 profissionais para intervenção em obras de restauro, leitura de projetos de restauração e identificação de sistemas construtivos tradicionais.

Atividades
Contratação de professor arquiteto, para coordenar o projeto, ministrar aulas teóricas e supervisionar as aulas práticas, e mestre de obras, para as aulas práticas.
Montagem da grade curricular e do curso.
Produção do material de divulgação do projeto e inscrição dos alunos.
Aquisição de material, locação de equipamentos necessários e realização do curso.
Concessão de transporte, alimentação e ajuda de custo aos alunos durante o curso.
Realização da cerimônia de formatura para entrega dos certificados de conclusão do curso.

Valor

Monumenta	Contrapartida	TOTAL
R$ 24.420,00	R$ 7.760,00	R$ 32.180,00

Período de execução
02/09/2006 a 04/11/2006

Projeto
Artes do Mar: Aprimoramento

Financiador
Programa Monumenta/MinC

Realizador
Associação de Artesãs Artes do Mar

Objetivo
Aprimorar o desenvolvimento e a apresentação dos produtos artesanais da Associação de Artesãs Artes do Mar, promovendo o desenvolvimento de produtos com linguagem própria (regional) e a melhoria das redes de produção, com a formação de catadores e limpadores da matéria prima.

Atividades
Planejamento do curso de formação em joalheria, para aprimorar o trabalho das artesãs da associação na produção das bijuterias com escamas de peixe.
Contratação de ourives para ministrar as aulas e de *designer* para criar uma nova coleção de jóias.
Contratação de *designer* para criar a identidade visual do projeto, logomarcas, *display* e *site* na Internet.
Cadastramento de coletoras de escamas entre as comunidades de pescadores locais.
Exposição dos produtos para venda.

Valor

Monumenta	Contrapartida	TOTAL
R$ 31.817,40	R$ 9.480,50	R$ 41.297,90

Período de execução
12/09/2008 a 12/12/2008



Banco Interamericano
de Desenvolvimento



MONUMENTA



Ministério
da Cultura

